

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**O PROCESSO DE AMOLDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA
NA ORDEM DO CAPITAL: A EXPERIÊNCIA DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES (1980-2002)**

**DÉBORAH S. M. BARRETO
RIO DE JANEIRO, 2016.**

Déborah S. M. Barreto

O Processo de Amoldamento da Classe Trabalhadora na Ordem do Capital: A
Experiência do Partido dos Trabalhadores (1980-2002)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Orientador:

Mauro Iasi

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho a uma grande incentivadora que tive em minha vida, da qual não tenho nenhuma lembrança ruim, a minha querida avó Elza que não está mais presente em carne e em osso entre nós, mas sim em nossas almas e corações. In memoriam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela sua boa mão estendida sobre mim. Sem o Eterno não seria possível existir sequer chegar até aqui. Porque Dele, por Ele, para Ele são todas as coisas. Agradeço a toda minha família pelo apoio incondicional ao longo de minha vida. Aos meus amigos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação. Aos professores que fizeram a diferença em minha graduação. Também ao meu orientador e a Banca. E por fim a minha supervisora de estágio.

“Que tempos são esses em que temos que defender o óbvio?”

Bertold Brecht

RESUMO

Barreto, Déborah Silva Menezes. **O Processo de Amoldamento da Classe Trabalhadora na Ordem do Capital: A Experiência do Partido dos Trabalhadores (1980-2002)**. Monografia (Graduação em Serviço Social)- Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo discorrer acerca da trajetória do Partido dos Trabalhadores, desde a sua gênese em 1978 até o seu ápice na conquista da Presidência da República por Luis Inácio LULA da Silva em 2003. Sua formação se dá em um contexto histórico de suspensão de direitos e em um período sombrio tido como a Ditadura Militar brasileira. A agremiação surge através da luta pela democratização do país, com ideais baseados no marxismo, com vistas ao processo de socialismo. O Partido dos Trabalhadores (PT) tem na sua criação o objetivo de defender os interesses da classe trabalhadora, frente a burguesia. Seja esse trabalhador do campo ou da cidade, homem ou mulher. Todavia, no decorrer dessa triunfante trajetória são traçadas **alianças** que acabam por mudar os rumos esquerdistas do partido.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Inácio LULA da Silva (LULA), classe trabalhadora, partido.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1. Gênese (1978-83) e o Desenvolvimento Anterior ao Amoldamento.....	9
1.1 Antagonismo Social (1984-89).....	20
1.2 Conselhos Populares e Poder Regional.....	22
1.3 A Rotina dos Encontros.....	24
2. O Princípio do “Fim”: A Partir do 7º Encontro (1990).....	26
2.1 O Primeiro Congresso Petista (1991).....	30
2.2 O 8º Encontro Nacional e a Revolução da Democracia e do Povo.....	36
2.3 A Retomada da Moderação.....	41
3 De Partido Anti-Sistema a Legitimador Deste.....	47
Considerações Finais.....	60
Referências.....	64
Anexo.....	67

INTRODUÇÃO

Neste presente trabalho, há a busca em se expor a tomada de consciência da classe trabalhadora organizada em um novo partido político (uma vez que não se via representada nos já existentes) com vistas a superação da exploração capitalista e implantação da sociedade socialista, baseada nos fundamentos marxistas. Este trabalho tem como objetivo expor desde a criação, o desenvolvimento e o ápice a que esse movimento partidário atingiu, os desdobramentos, as conquistas e retrocessos do processo político. A necessidade de se fazer **alianças** com vistas a se alcançar os objetivos.

Pois bem, para além disso, busca expor sobre o decorrer do processo de criação e desenvolvimento do partido que chegou ao seu ápice com a vitória nas urnas e com o primeiro mandato presidencial de Lula, porém contraditoriamente houve o que se pode chamar de amoldamento ou apassivamento do PT. Os ideais de esquerda e socialistas foram superados devido a formação de **Alianças** estratégicas com setores da direita com vistas a chegada a presidência. Fato este que tem como exemplo máximo o vice – presidente de Lula e empresário José de Alencar. Além disso, pode – se acrescentar a conjuntura internacional desfavorável para o desenvolvimento de uma esquerda verdadeiramente comprometida com a classe trabalhadora.

1. Gênese (1978-83) e o Desenvolvimento Anterior ao Amoldamento

É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportunidades históricas. Mas, do que tem sido feita a crônica da esquerda no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo? Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana.

(Chasin, José) [S.I.:?]

Para Gramsci (1999) escrever a história de um partido significa escrever a história geral de um país.

A primeira ideia que eu tive do PT na verdade foi “num” Congresso, eu lembro como se fosse hoje, um Congresso dos petroleiros, eu estava no Hotel Bahia, “tava” lá o Fernando Henrique Cardoso e o Almino Afonso como conferencistas também. E lá pela primeira vez eu tive a ideia de que era preciso criar um Partido dos Trabalhadores, eles até concordaram comigo, mas depois foram pra outro campo.

Disponível em <www.youtube.com/watch?v=HbbfP-D7JJQ>.¹

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi oficializado em 1980, contudo é certo que sua formação tem início em 1978, quando ocorreu a sua proposição. As protoformas do que conhecemos hoje como o PT tiveram sua gênese em um colégio paulista, o Sion, situado numa localidade de alta classe média. Ambiente pouco provável para a criação de um partido operário de esquerda, contudo no dia 10/02/1980 aproximadamente mil e duzentas pessoas (quatrocentos delegados eleitos em dezessete estados brasileiros) estiveram presentes naquela escola para a criação do PT.

A maior parte dos que ali estavam era de estudantes, intelectuais e indivíduos que estavam a frente de organizações populares, mas não de trabalhadores. Ademais o *Manifesto do PT* - trata-se de um documento histórico que marcou o início do Partido, foi publicado no Diário Oficial da União em 21/10/1980. E traz em seu conteúdo que:

¹ História do PT- Lula fala sobre a ideia da criação do PT. [S.I.:?]

O Partido nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados, [...] nascendo das lutas sociais [...], por um partido de massas e [...] pela participação política dos trabalhadores.

Disponível em: < www.pt.org.br/arquivos/manifestodefundacaopt2.pdf.

Este documento, aprovado naquela congregação, não falava em socialismo (ao contrário da *Carta de Princípios* - divulgada no ano anterior), porém era claro que se tratava de um partido de esquerda. Esta Carta é anterior ao Manifesto de Fundação do PT, ela foi lançada publicamente no dia 01/05/1979. E trazia em seu texto o seguinte: “O Partido afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista”.

Disponível em: <www.pt.org.br/arquivos/cartadepincipiospt.pdf.

Para Marx (1871) a emancipação da classe trabalhadora deverá ser obra da própria classe trabalhadora.

O aparecimento do PT foi aclamado pela comunidade acadêmica como algo “novo” por muitos motivos. Dentre os quais os mais relevantes são os de que este retratava a alternativa a ordem social vigente, e também era uma expressão genuína da organização do movimento dos trabalhadores, no qual esta classe era quem o organizava, quem o colocou em “movimento” sem a guarida das elites, como por exemplo o populismo, ou mesmo as ditas vanguardas políticas como os que difundiam o anarquismo, o socialismo e o comunismo no Brasil.

O PT surgiu de no mínimo 6 fontes diferentes. A primeira delas é o novo sindicalismo. Cabe ressaltar que este teve início nos anos de 1970 e que foi elemento fundamental na

eclosão da onda de greves no período de 1978-1980. Este período foi marcado pelo surgimento de uma *nova* classe trabalhadora no cenário político do País e trouxe para o espaço público a novidade, depois de muitos anos de regime autoritário, da participação dos trabalhadores nos enfrentamentos mais gerais contra o autoritarismo burocrático-militar do final dos anos 70 até meados da década de 80. Ao mesmo tempo, marcava a entrada em cena de uma camada de trabalhadores que defendia em muitos aspectos, a ampliação dos direitos democráticos nos locais de trabalho.

O conflito dos trabalhadores, neste período (78-80) principalmente nas grandes empresas automobilísticas da região do ABC paulista que reivindicava melhores condições de vida e trabalho no cotidiano fabril, esteve, grosso modo, relacionado com a luta por direitos no conjunto da sociedade. Vale dizer, a luta por direitos de cidadania na esfera política, aliada a demanda de maior participação da renda nacional e de maior controle das condições de trabalho, foi uma característica específica do *novo sindicalismo* quando do seu surgimento. É importante ressaltar que esse processo, com nuances diferenciadas, se espalhou por todo o país e foi fundamental para o aparecimento do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

A segunda é o movimento popular influenciado pela igreja católica; a terceira são os políticos filiados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido político que congregou os que faziam oposição ao golpe militar de 64; a quarta o grupo de intelectuais de inúmeras origens, tais como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) ou posições liberais radicalizadas; a quinta militantes de organizações trotskistas; a sexta os indivíduos que restaram do confronto armado contra a ditadura.

Nas regiões brasileiras em que não havia concentração industrial os sujeitos políticos que estavam na base do partido eram os trabalhadores rurais. Se tratava de uma época de

difícil sindicalização no campo, tem-se como exemplo o caso do estado do Pará que entre os anos de 1975 e 1989 houve o genocídio de 1.377 homens e mulheres que atuavam nas áreas rurais, isso se deu em conflitos agrários. O surgimento do PT refletia necessariamente essas lutas.

A história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social. [...] Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX. [...] A violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil. [...] Muitos foram os conflitos violentos.

(Vianna, Luis Werneck. 2007).

Cabe aqui destacar que, a importância dos militantes ligados a ideologia marxista sempre foi maior na disputa no interior do partido que fora dele (em especial quando esta concorrência se minimizava ao âmbito das eleições). A lógica disto se dá em que os marxistas procuravam uma organização que estivesse a frente de sindicatos e movimentos sociais, e não um ajuntamento de pessoas simplesmente eleitoreiro. “também desde o início, tomaram parte na iniciativa [...] Ação popular marxista – leninista [...] ingressariam nas articulações que deram origem ao PT” (Aarão, 2007)

Em Julho de 1981 o partido encontrava-se organizado em 21 estados. O número de filiados ultrapassava os 20.000 em parte do sudeste e do sul em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG) e Rio Grande do Sul (RS), isso em se tratando de um país com dimensões continentais como o nosso é considerado pouco. Também era possível encontrar apertados no norte e nordeste em Rondônia (RO), Acre (AC), Pará (PA), Alagoas, (AL) Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI) e Rio Grande do Norte (RN). Na sua gênese o partido era frágil e invariavelmente diferente, ainda que os conflitos nem sempre reproduzissem a dinâmica do debate ideológico nacional.

O PT cresceu, havia 8.000 filiados em 1982, e no fim da década de 1980 esse número subiu para 30.000 (1989), já no ano de 1992 o partido estava estruturado em

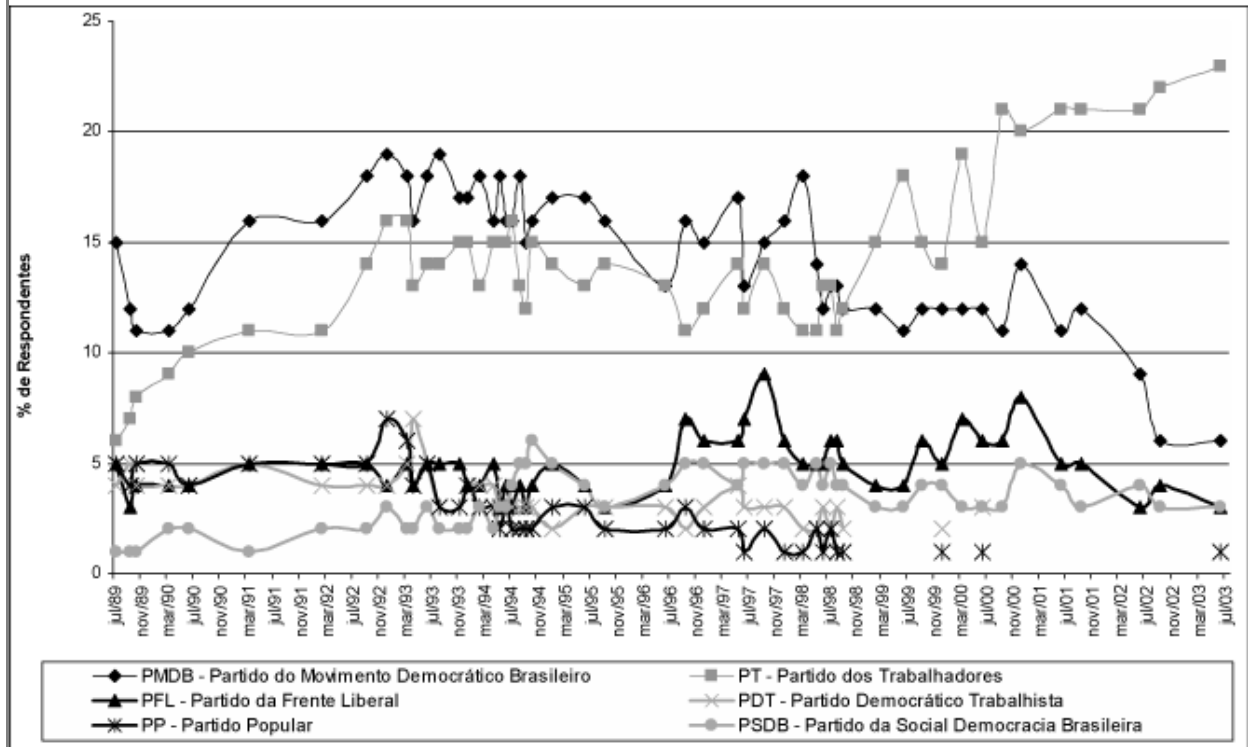
44 municípios e se estruturando em outros 47, o total de municípios era de 128.² Em várias cidades só foi possível o surgimento e desenvolvimento dessa nova sigla devido a extrema esquerda, até que posteriormente houvesse a evolução eleitoral e social dos sujeitos políticos. Feito esse que, em regra geral levou a exclusão ou na conversão dos militantes de esquerda a política mais parecida com a social-democracia. O Partido era extremamente plural tanto no âmbito social quanto no regional. Ademais, a desigualdade social era notória e indissociável da espacial.

“Marx afirmou que os trabalhadores tinham de organizar-se em um partido político, e que esse partido deveria conquistar o poder na trajetória para o estabelecimento da sociedade socialista.” (Przeworski, Adam. 1988).

A frase de efeito do PT em 1982 era “vote 3 o resto é burguês” (esse era seu antigo número antes de seu registro definitivo com o número 13). Nesse mesmo ano 51% dos eleitores do Partido eram trabalhadores do setor industrial. Esse número expressivo indica que esses indivíduos não se sentiam representados pelas organizações políticas que já existiam no país, e vislumbravam nessa “nova” uma alternativa possível para uma melhoria nos seus meios materiais de subsistência.

² Vide Gráfico1 e Tabela 1.

Gráfico 1
Evolução das preferências partidárias no Brasil, 1989-2003



Fontes: Carreirão e Kinzo (2002, 14-15); *Opinião Pública* 9(2) (outubro 2003): 119-167; Criterium Pesquisas de Opinião e Avaliação de Políticas Públicas, 2003, "Expectativa Governo Lula".

Tabela 1
Número de filiados e taxa de filiados por mil eleitores (FPME) (1981-2010), por UF

	Fil. 1981	FPME /81	Fil. 1984	FPME /84	Fil. 1993	FPME /93	Fil. 2001	FPME /01	Fil. 2003	FPME /03	Fil. 2005	FPME /05	Fil. 2006	FPM E/06	Fil. 2008	FPME /08	Fil. 2010	FPME/ 10
AC	822	7,1	1264	10,9	2300	9,7	1631	4,9	1863	5,1	3738	9,6	4422	11,2	6125	13,8	6129	13,6
AM	1904	3,5	2134	3,9	5385	5,4	2173	1,5	3446	2,3	7168	4,3	8434	4,9	15531	8,1	15533	8
AP			501	7,2			1291	5,2	2706	9,2	6902	21	6885	20,5	12318	32,1	12318	31,4
PA	8000	5,3	8044	5,3	14400	5,5	8953	2,7	17599	4,9	26263	6,6	27042	6,7	60251	13,3	60767	13,2
RO	415	1,8	1437	6,2	9520	14,4	1309	1,6	4068	4,6	6188	6,5	6684	6,9	9741	9,5	9755	9,4
RR							161	0,9	406	1,9	972	4,5	1048	4,8	1445	5,8	1445	5,7
TO					4031	6,5	1548	2,1	3079	3,9	7124	8,5	7427	8,8	12460	13,5	12543	13,7
N	11141	4,4	13380	5,3	35636	6,6	17066	2,4	33167	4,3	58355	7	61942	7,3	117871	12,5	118490	12,3
AL	1553	2,1	860	1,2			2130	1,4	3454	2,2	6570	3,7	6609	3,7	8163	4,1	8164	4,1
BA	5000	1,2	11730	2,8	42000	6,3	9853	1,2	18835	2,2	39357	4,4	41049	4,6	76555	8,4	76960	8,3
CE	5000	2	7579	3	4530	1,2	8857	1,9	13964	2,9	28794	5,6	33461	6,4	70297	12,5	70374	12,3
MA	4000	2,8	1394	1			2932	0,9	4988	1,5	12100	3,2	12648	3,4	27026	6,5	27026	6,5
PB	3500	2,7	5172	4,1	7349	3,7	6810	3,1	12642	5,5	23358	9,5	23201	9,3	29822	11,2	29821	11,2
PE	4500	1,8	8147	3,2			9570	1,8	14490	2,7	32746	5,8	35728	6,3	94784	15,6	94784	15,5
PI	3200	3,3	3315	3,4	7000	4,5	4004	2,4	5775	3,1	11677	5,9	13149	6,5	26929	12,3	26968	12,3
RN	1500	1,6	2738	2,9	5578	3,8	2013	1,1	3566	1,9	6111	3	6220	3,1	9677	4,5	9688	4,4
SE	800	1,7	1236	2,6	3260	3,7	2439	2,2	4236	3,7	11121	9	11815	9,4	17065	12,5	17065	12,4

	Fil. 1981	FPME /81	Fil. 1984	FPME /84	Fil. 1993	FPME /93	Fil. 2001	FPME /01	Fil. 2003	FPME /03	Fil. 2005	FPME /05	Fil. 2006	FPME /06	Fil. 2008	FPME /08	Fil. 2010	FPM E/10
NE	29053	1,9	42171	2,8	69717	2,9	48608	1,6	81950	2,7	171834	5,2	183880	5,5	360318	10,2	360850	10,1
DF			2200	3	6972	7,8	6440	5	8640	5,6	25991	17,1	26129	16,5	34803	20,9	34803	19,9
GO	5600	2,7	7752	3,8	16350	6,5	5487	1,7	8085	2,4	17399	4,8	18537	5	28632	7,4	28630	7,3
MS	2000	2,7	741	1	4727	4,2	10525	7,9	15004	10,6	35537	23,8	36234	23,9	42939	26,6	42910	26,1
MT			2573	4,4	4000	3,3	3482	2,1	6911	4	15062	8,2	15685	8,4	23417	11,8	23461	11,6
C	7600	2,2	13266	3,9	32049	5,6	25934	3,5	38640	4,8	93989	11,1	96585	11,2	129791	14,2	129804	13,9
ES	5000	5,1	4693	4,8	1138	0,7	3534	1,7	5430	2,5	9565	4,3	9915	4,3	17289	7,1	17305	7
MG	30000	4,4	23387	3,4	70000	6,9	26656	2,2	50849	4	85250	6,4	86402	6,5	125562	8,9	125712	8,9
RJ	32000	5,2	30890	5	55000	6,3	10265	1	31142	3	64962	6,2	65766	6,1	116872	10,4	117305	10,3
SP	64064	4,9	93626	7,1	200000	10,1	47351	1,9	78789	3,1	194459	7,2	196597	7,1	298653	10,2	299305	10,1
SE	131064	4,8	152596	5,6	326138	8,1	87806	1,8	166210	3,3	354236	6,7	358680	6,6	558376	9,8	559627	9,7
PR	7000	1,7	12215	2,9	3068	0,6	10338	1,6	27185	4,1	51066	7,4	51656	7,4	65501	9	65620	8,9
RS	20000	4,6	19529	4,5	51297	8,5	29754	4,2	55820	7,6	80713	10,7	81320	10,7	114304	14,4	114499	14,4
SC	5072	2,4	6870	3,2	15551	5,2	7955	2,2	16969	4,4	29915	7,5	30390	7,5	41521	9,5	41686	9,5
S	32072	3	38614	3,6	69916	4,8	48047	2,8	99974	5,6	161694	8,7	163366	8,7	221326	11,3	221805	11,2
Total	210930	3,6	260027	4,4	533456	5,9	227461	2,1	419941	3,6	840108	6,9	864273	7	1387682	10,6	1390821	10,5

Fontes: Boletim Nacional do PT e Secretaria de Organização (Sorg) do PT.

Apesar do *slogan*, o partido foi desde a sua gênese uma organização multiclassista e estava para além de ter uma base formada somente por trabalhadores manuais. É sabido que, nenhum outro partido nacional teve um número tão expressivo de adesões de pessoas da classe média baixa (classes C, D e E) ascendendo socialmente pela militância política. Nenhuma outra agremiação tinha tantos sindicalistas (logo, antigos trabalhadores) em suas bancadas parlamentares.

O fundamento social de recrutamento político era constituído inicialmente por:

Operários da indústria, como metalúrgicos, químicos, petroleiros, coureiros, vidreiros, e do setor de serviços, como os empregados em empresas de transporte, bancários, pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra, além de funcionários públicos, como professores das redes municipais e estaduais de ensino.

(Martinez, Paulo H. 2007, p.246).

Embora não seja um índice desprezível, a presença da classe operária no PT é menos importante do que o real compromisso do partido com as causas dos trabalhadores. E nisso a agremiação foi coerente por muitos anos. Os obstáculos vieram quando ele passou a deter um número considerável de administrações locais, e fez-se necessário entrar em embate com políticos provenientes dos sindicatos de funcionários públicos e de movimentos sociais.

Apesar desses embates é de conhecimento geral que o líder máximo do PT era sindicalista. Nas paredes seu nome era sempre pichado em letras maiúsculas: Luis Inácio (LULA) da Silva. Era natural que o partido despendesse muita energia prática na construção e manutenção de seus aparelhos sindicais. O Próprio Lula declarou num debate no Instituto Cajamar que: “o grande empecilho para criar o PT eram exatamente os comunistas”.

Lula despontou como líder nacional na campanha de 1977, após terem ficado patentes o aumento da produtividade industrial, a diminuição dos salários e a manipulação dos índices de inflação por parte do governo. Porém até então ele era distante de uma definição ideológica. O discurso lido por ele na posse como presidente do sindicato dos metalúrgicos claramente

rejeitava o modelo político e social capitalista e a ideologia marxista, embora representasse muito mais a concepção católica do autor do texto: o advogado Mauricio Soares³.

O partido era um crítico ácido da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Até 1985 Lula era comparado ao líder oposicionista polonês Lech Walesa (que estava a frente dos trabalhadores do Estaleiro de Gdamski). Ambos seguiam os preceitos do catolicismo e tiveram a oportunidade de conhecer o papa João Paulo II. Era comum ver carros de petistas com a inscrição “oPTEi” ao lado da inscrição “solidariedade”, e inúmeros militantes usavam indistintamente camisas e broches do sindicato polonês ao lado da estrela da agremiação, sugerida por Julio de Grammont⁴. Boletins municipais reproduziam notas de apoio ao sindicato solidariedade⁵.

Nos anos que dizem respeito a formação do partido, este ainda esteve muito ligado à questão de sua política sindical.

Somente entre maio e dezembro de 1978, Lula e seus companheiros organizaram 328 greves. (Lula, 1995).

A greve de 1978 efetuou uma ruptura, que punha o grande capital, a contra revolução e seu governo ditatorial de um lado, os operários e o movimento sindical de outro. (Fernandes Florestan, p.40).

Nos dois primeiros encontros nacionais ocorreu uma dedicação quase que exclusiva a resolução de tarefas imediatas, tais como: A nucleação em massa e as eleições. O primeiro Encontro Nacional aconteceu na Assembleia Legislativa de SP nos dias 8 e 9 de agosto de 1981. No discurso lido por Lula as palavras “socialismo” ou “socialista” foram repetida 15 vezes. Era previsível que os sujeitos de dentro ou de fora do partido buscassem saber ou definir ideologicamente a agremiação. O regimento interno foi aprovado e exigia que os núcleos tivessem 21 membros.

³ D. Paraná, op.cit., p.102

⁴ Jornalista e militante de esquerda que atuava na região conhecida como o ABC paulista (área que abrange as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul).

⁵ PT Curitiba, órgão da Coordenação Municipal Provisória, dezembro de 1985.

A política sindical foi discutida amplamente e concluiu-se a necessidade do desenvolvimento de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) a partir da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat). Ocorre que a reunião da Conclat na Praia Grande (SP), em agosto de 1981, não havia chegado a um acordo. Duas “Conclats”, orientadas por duas correntes de pensamento sindical opostas, seriam convocados.

O PT apoiou a realização da Conclat de São Bernardo do Campo em agosto de 1983, nesta ocasião houve a criação da CUT, enquanto que a de novembro de 1983 manteve a sigla com novo significado (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras) dando origem em 1986 a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). E antes mesmo de agosto de 1983 a comissão Pró-CUT organizou a primeira greve geral da história nacional no dia 21/07/1983.

[...]Trabalhadores/as desafiavam a repressão militar na primeira greve geral em plena ditadura [...]Greve geral é o caminho – em um cenário de crise e profunda miséria que desolava a maioria da população, com um governo antidemocrático e antinacional praticando drásticos cortes nos investimentos públicos, a passagem dos anos 1970 para 1980 foi marcada por um ciclo de lutas populares, sindicais e políticas.[...]

Com a greve, a classe trabalhadora expressava seu repúdio contra todo e qualquer pacote ou medida que serviam apenas para alimentar a especulação e aumentar ainda mais a exploração e a miséria. [...]

Assim,, nasceu a CUT, combatendo o modelo sindical oficial, corporativo, dependente do Estado e lutando pela liberdade e autonomia sindical para consolidar um sindicalismo classista, de luta, de massas e organizado a partir da base.

Disponível em: <www.cut.org.br/.../ha--30-anos-trabalhadores/as-desafiavam-a-repressao-militar-na-primeira-greve-geral-em-plena-ditadura>. (Pedreira, William. 2013).

A greve geral contra a mais sórdida política de arrocho salarial praticada por um governo não apenas colocou o movimento sindical em um caminho sem volta,, ao impor as condições políticas para que fundássemos a Central, mas também contribuiu para que as lideranças sindicais dessem um salto para o futuro,, ao perceberem que as lutas isoladas de suas categorias não eram suficientes para mudar coisa alguma. Descobriram que era preciso superar as práticas corporativas e apostar na organização da classe trabalhadora.

(Marques, Antonio José. 2007).

No plano teórico o PT, definiu-se contra a Social Democracia europeia e a “burocracia soviética”, mas manteve-se alheio as críticas contra Cuba.⁶ Os sindicalistas defendiam que a unidade fosse construída na base de uma plataforma de lutas econômicas. Esta posição sempre venceu porque era impossível um acordo entre correntes marcadas por profundas divergências ideológicas mas que eram obrigadas a conviver numa mesma organização partidária.

O 2º Encontro Nacional, ocorrido no Instituto Sedes Sapiential em Perdizes(SP), de 27—28/3/1982, dedicou-se a uma política de **ALIANÇAS**, fez menção ao internacionalismo e ao socialismo (9 vezes) e elaborou uma carta eleitoral que comprometesse o parlamentar petista. Este deveria ceder assessores de seu mandato para tarefas partidárias e pagar 30% de seus vencimentos líquidos como contribuição a agremiação.

Esta decisão foi muito importante porque selou a dependência financeira do PT face ao Estado. Desde então a maior parte do financiamento legal do partido proveio do Fundo Partidário e de contribuições estatutárias (de parlamentares, assessores, e mandatários de cargos executivos). Só uma parte insignificante e declinante provinha dos filiados.

Aquela parte quase sem representação parlamentar que era frágil institucionalmente tendia a se fortalecer no pólo oposto: o *social* em todas as suas múltiplas dimensões. Havia adesão voluntária e inorgânica de grupos de teatro músicos e jornalistas. As artes e cultura estavam mais politizadas e as estreias teatrais recobravam ânimo.

⁶ Tanto leninistas quanto trotskistas eram contrários a Social Democracia.

A sindicalização dos educadores respondeu também pelo apoio intelectual e cultural ao PT. Por fim, a organização das mulheres foi expressiva. A primeira e pequena bancada paulistana de vereadores tinha Teresa Lajolo, Iredi Cardoso e Luiza Erundina.

O partido nasceu num solo histórico caracterizado pela dispersão, pelas conjuras fatigantes, pelas dificuldades de comunicação e por violências assustadoras. Essa agremiação só começaria a ser ouvida depois da ameaça de uma verdadeira revolução democrática que no período compreendido entre 1984 -1989 sacudiu o país, embora não o suficiente.

1.1. Antagonismo Social (1984-1989)

Os comunistas não foram um partido à parte dos outros partidos operários. Não tem interesses separados dos interesses do proletariado como um todo. Não estabelecem princípios particulares segundo os quais queiram moldar o movimento proletário.

(Marx, Karl e Engels, Friedrich. 1848)

As solidariedades locais, de origem e até etárias foram importantes fatores de aglutinação e afirmação de pessoas pobres e sem um fundo familiar ou pecuniário no ABC paulista. Todavia tais afinidades foram em muitos casos anuladas por outras mais poderosas quando transpostas ao universo de relações mais amplas do partido. Os líderes de tendências, mandatos e organizações sindicais estabeleceram carreiras, enquanto as bases foram para casa.

O PT tinha que agradar a legislação vestindo a camisa de força que esta impunha aos partidos políticos. Eles sequer podiam fazer campanhas na televisão. A proposta de

organização do partido baseava-se, essencialmente, no princípio da democracia participativa.

Isto significa que o PT deve sua natureza de massas à influência eleitoral associada à inserção seletiva em organizações da sociedade civil. Ou seja, foi desde o início um partido de quadros (numerosos para a época em que surgiu) que buscava orientar e liderar sua massa crescente de “simpatizantes”, os meramente filiados e os eleitores.

Aliás foi famosa a dicotomia “Partido de Quadros x Partido de Massas”, pelo menos até que o PT a suprimisse, afirmando que nem era desejável um partido de massas acéfalas e com um frouxo relacionamento com as organizações de dirigentes iluminados e distantes da população.

Nas origens do partido, os núcleos foram uma base essencial em certos lugares, em outros não. Depois, quando eles diminuíram em número em muitos locais, cresceram em outros. De qualquer maneira, sem núcleos o PT se tornava um partido de profissionais.

Duas coisas podiam ser notadas: os antigos núcleos de categoria profissional (ou por local de trabalho) haviam praticamente desaparecido e uns poucos remanescentes eram parte dos setoriais. Os outros tinham uma vida orgânica porque estavam vinculados ou a uma “ideologia” (como o marxismo) ou a novas causas mobilizadas que na época ainda não estavam integradas numa secretaria específica do partido ou num órgão do governo.

1.2 Conselhos Populares e Poder Regional

Assim como o PT deveria organizar-se em núcleos, seus governos deveriam basear-se em Conselhos. Pode-se dizer que, tardiamente, se articulou uma sociedade civil nos anos 1980, mas uma sociedade civil não civilizada, como ironizava Florestan Fernandes.

A dificuldade de manter um partido de massas orgânico e centralizado por políticas nacionais de *alianças* é um fato que deriva da história brasileira herdada da “colonização”, da ausência de unidade e da dispersão territorial. As distâncias, mesmo num estado populoso como SP, ainda se mantêm enormes e os indivíduos simples não possuem poder aquisitivo para se deslocar com agilidade. Estes acabam por ser submetidos à informação monopolizada e à pressão dos vizinhos e “poderosos” locais. Isto acabou gerando um contraste entre o programa socialista do PT e sua prática local em sua maioria das vezes tradicionalista.

Uma compensação para a força conservadora dos lugares seriam os Conselhos Populares. Na proposta de Perseu Abramo (1982) os Conselhos deveriam ter as seguintes atribuições: apresentação de reivindicações; mecanismo de consultas; tomada de decisões; controle da implantação de políticas públicas; e fiscalização da execução dessas políticas.

Segundo Celso Daniel os Conselhos Populares não deveriam ser nem órgãos dos movimentos sociais e nem deliberativos. Neles deveria estar a representação de diversas classes sociais. Os Conselhos deveriam ser independentes na escolha de seus membros, mas esta escolha deveria ser reconhecida pelo poder local. Não haveria

disputa entre eles e a Câmara Municipal, posto que as competências seriam distintas e concorrentes. Desse modo, um poder local progressista poderia aceitar as deliberações dos Conselhos Populares e incluí-las na peça orçamentária a ser levada à Câmara Municipal, pressionando-a por meios legais a aceitá-la.

Outro fator, que se encontra na gênese do PT, foi o de distanciar sua concepção democrática e popular da teoria das etapas, defendida historicamente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁷ e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Mas a luta direta pelo socialismo nunca foi colocada na ordem do dia.

Um texto que fez época e redigido por Gilney Vianna nos anos 1980 (mas circulou sem assinatura) reconhecia que o caráter de massa do PT só tinha paralelo no PCB em 1946-1948; apontava a diminuição da participação popular nos Encontros partidários em contraposição ao seu aumento na base do partido e a diminuição do número de delegados de origem operária camponesa ou assalariada urbana proletária⁸.

A articulação cresceu rapidamente. Já havia no PT uma espécie de cultura operária “basista” e anti-intelectual, embora desde a sua fundação tivesse atraído muitos intelectuais. Um documento de 1981 dirigido aos membros de agrupamentos clandestinos dizia: “Que ingressem no partido que a classe operária, ela mesma, está organizando, tudo bem. Serão todos bem recebidos. Mas não o façam como donos da verdade, ditadores de regras para as massas”. (Teixeira, Eros. *Independentes do PT: O Futuro lhes Pertence*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1981, mimeo).

⁷ Há que se reconhecer que o PCB, por exemplo tem os requisitos que o sociólogo francês Maurice Duverger atribuiu ao partido de massa: nasceu fora dos meios políticos tradicionais (do parlamento), foi fundado por trabalhadores, era bastante pedagógico, organizado em células de base, nacionalmente centralizado e controlava rigorosamente a filiação de seus membros.

⁸ A Revolta dos Bagrinhos, s./ d.

1.3 A Rotina dos Encontros

A formação inicial de base do partido ditou a forma pela qual os Congressos eram organizados. Eram ajuntamentos que duravam os meses entre a convocação e a efetiva realização. Meses de reuniões que visavam a negociação de líderes de tendências (eram assim conhecidas as correntes internas) e agrupamentos, líderes sindicais e parlamentares. Eram realizados debates com o caráter público e, por fim, as pré-teses eram disseminadas após serem “encerradas” internamente nas tendências. Existia também a procura de entendimento entre tendências para a formação de *alianças* ou tese conjunta. Em geral o acerto incluía um grupo conhecido como “capas pretas” (dirigentes), dotados de grande poder pessoal.

Toda essa dinâmica envolvia inicialmente algumas centenas de indivíduos que davam suas assinaturas as teses. A agremiação seguia a tradição do lançamento de teses e manifestos assinados em primeiro lugar por sujeitos políticos ou intelectuais significativos e, em seguida pelos quadros intermediários que estavam mais próximos da base do agrupamento. Eram esses membros de diretórios municipais e sindicalistas e até, eventualmente, coordenadores de núcleos e pessoas que eram “referências” nos bairros ou em pequenos municípios.

Na concepção que dominou a formulação de políticas públicas durante o golpe militar, a modernização do país e do campo não poderia levar em conta “detalhes” como os impactos sociais negativos ou as lições das experiências dos países centrais. Em contrapartida, nesse mesmo período de ditadura militar brasileira o PT tem um discurso em que afirma seu compromisso com a democracia (que encontrava-se suspensa temporariamente) plena exercida diretamente pelas massas, pois não há

socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista.

O ano de 1989 marca a “maioridade” do PT. Aquilo que ele já se tornara socialmente (a oposição esquerdista predominante na sociedade civil) ele se converte no Estado: uma oposição dentro do aparelho estatal político. Por isso em 1990 descortina-se um novo momento histórico marcado pela crise do socialismo e pela exigência de *aggiornamento* ideológico de suas correntes majoritárias. O período compreendido entre 1984-1989 foi tão essencial como os posteriores para o desenvolvimento da identidade e da força política do partido.

2. O Princípio do “Fim”: A Partir do 7º Encontro (1990)

O Partido dos Trabalhadores atravessa uma encruzilhada [...].

Resoluções do 7º Encontro Nacional

Estou pensando em [...] mudar as percepções e rejuvenescer meu ponto de vista. Quero usar o tempo para despir minhas realizações!

Lena Casas Novas⁹

Dois elementos conjunturais essenciais que “definem” os rumos partidários a partir de 1990 são: a derrota eleitoral para Collor, e já no contexto histórico mundial a divisão do bloco socialista a partir da crise da URSS. A primeira aponta para os limites eleitorais alcançados e a provável inviabilidade de transpor esta fronteira com a atual radicalidade programática e uma política de *alianças* restrita ao campo popular (classe trabalhadora). O segundo elemento conduz o partido a uma postura defensiva com relação a suas afirmações estratégicas socialistas.

Há que se destacar ainda um terceiro elemento, que é o amadurecimento de suas lideranças. Somado a isso, têm-se uma conjuntura não favorável para a produção de novas lideranças que viessem a substituir os quadros que acabavam por ser incorporados pelo partido e pelo aumento dos espaços institucionais ocupados, em sua maioria com as administrações municipais. Pela primeira vez o PT enfrenta a questão de se posicionar em seus embates agora “contra” governos que ajudou a eleger, acarretando uma crise de identidade com sérias proporções.

O neoliberalismo, iniciado em Collor, (Fernando Collor de Mello foi eleito em 1989 pelo Partido da Reconstrução Nacional e empossado em 1990. Em 1992 sofreu processo de *impeachment*, sendo substituído pelo vice Itamar Franco, cujo mandato se encerrou em 1994), de modo aventureiro, encontrava uma nova racionalidade que exigia uma dura derrota ao movimento sindical dos trabalhadores, visando pavimentar os caminhos do neoliberalismo no país.

(Antunes, Ricardo. 2004, p.1.)

⁹ Disponível em: < <http://pensador.uol.com.br/busca.php?q=rejuvenescer>

Pode-se dizer que o 7º Encontro teve seu foco maior em “tratar as feridas” em detrimento do planejamento para uma ação futura, bem como foram os outros 6 anteriores. O documento intitulado “O socialismo petista” foi o mais relevante deste Encontro, pois foi o que buscava posicionar o partido frente a crise da alternativa socialista aberta pelo fim da URSS. Isso fica claro na parte inicial do texto aonde é feita a reafirmação central de seu caráter “anticapitalista” partidário, mas agora o que faz frente a força do capital é a “democracia” e não como outrora o socialismo. O cerne é esta dita “democracia” e o socialismo ganha um papel secundário surgindo para qualificá-la.

A “superação do capitalismo”¹⁰ é tida como “indispensável à plena democratização da vida brasileira”¹¹. Dizia o texto da Resolução, retomando assim uma base anteriormente afirmada desde a sua gênese partidária. A agremiação afirma novamente uma postura crítica com relação ao socialismo burocrático. Pode-se dizer que para a organização ou era “tudo” ou “nada”, não existia o meio termo (e nem um possível ajuste). Só existiam duas posições possíveis “ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo”¹².

O PT já nasceu com propósitos radicalmente democráticos. Surgimos combatendo a ditadura militar e a opressão burguesa, exigindo nas ruas e nos locais de trabalho respeito às liberdades políticas e aos direitos sociais. Crescemos denunciando a transição conservadora e construindo as bases da soberania popular.

Disponível em: <www.ptsc.org.br>

O socialismo difundido seria uma fusão entre “socialismo e humanismo” tendo como ponto de partida uma “recuperação ética da política”¹³. Da 1º a 6º Resolução o que se notava eram afirmações que diziam respeito as formas de propriedade, as relações de produção, e outros aspectos próprios do mundo socialista. Mas elas dão

¹⁰ Resoluções do 7º Encontro Nacional (1990). Resoluções...,cit., p.430

¹¹ Idem.

¹² Idem, p. 432.

¹³ Idem.

lugar agora a um “novo” tipo de linguagem e percepção, que visavam a intenção da constituição de “um sujeito democrático coletivo, sem com isso negar a fecunda e desejável singularidade individual”¹⁴, simultaneamente deve-se assegurar a “igualdade fundamental entre os cidadãos”¹⁵, mas tendo em foco o “direito a diferença”¹⁶.

Ainda na Resolução, destaca-se que para a efetivação da democracia é necessário que esta abranja a área econômica e que se organize partindo do princípio da “propriedade social dos meios de produção”¹⁷, desta forma evitando a confusão com a “propriedade estatal”¹⁸. Esta propriedade poderia ser gerenciada nas formas individual, cooperativa ou estatal, ou ainda ser escolhido o seu modelo de gestão democraticamente. E teria como objetivo primaz a superação da lógica mercantil do capital e também o planejamento econômico estatal¹⁹.

Não estamos falando sobre a *democracia real* que a Europa inteira apressa-se em adotar e que consiste em uma democracia bastante especial, diferente de todas as democracias anteriores. Estamos falando sobre uma democracia bastante diferente que representa o meio-termo entre as democracias grega, romana, americana e francesa; em resumo, estamos falando sobre o *conceito* de democracia. Não estamos falando sobre as *coisas* que pertencem ao século XIX, e que são ruins e efêmeras, mas sobre categorias que são eternas e que existiam antes de “as montanhas serem criadas”. Em suma, não estamos discutindo aquilo sobre o que se tem falado, mas uma coisa bastante diferente.

(Engels, 1845, p.3)

Na esfera política o socialismo deveria conservar e ampliar as liberdades da democracia. Bem como nas resoluções anteriores, há relação entre esse ideal e o de assegurar a sobrevivência de certas camadas societárias na utopia para a transição do capitalismo para o socialismo. O que se destaca é a ausência de um pensamento um pouco mais denso da relação entre a ordem capitalista e as formas institucionais e

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem, pp. 434-435.

políticas correspondentes. De forma geral, pode-se dizer que o enfoque é uma postura defensiva, e simultâneo a isso (e contraditório) está uma reafirmação dos ideais socialistas e o rechaço ao modo de produção do capital.

Dois aspectos merecem destaque. O primeiro é a relação interna entre direções e base, e o segundo é a orientação para os gerentes municipais. Existiam também “dois tipos de base”. As chamadas “bases militantes” que diziam respeito aos sujeitos que atuavam em atividades orgânicas internas, e além dessas haviam as “bases partidárias” que eram os conjuntos de filiados. Para além dessas existiam as “bases sociais” compostas por setores societários que se relacionavam com o partido esporadicamente, indiretamente e de maneira fluida, e que vez ou outra de maneira diversificada e variável votavam na legenda.

Salvo raras exceções (mas via de regra) o que ocorreu foi que as administrações sucumbiram a lógica de gerenciamento de crise (com ênfase para a modalidade financeira) e tinham como meta crucial a vitória nas urnas. O que resultou disso (em geral) foi um *profundo* distanciamento dos fundamentos sólidos sociais e o *desmonte* do PT pelo quase absoluto arraigamento à lógica institucional das eleições e aos interesses administrativos.

Face a esta nova realidade algumas esferas partidárias defendiam que o segredo para o sucesso seria uma “nova fundação” para a agremiação para assim “adaptá-lo” a era da modernidade. E esta dita modernidade tinha três frentes. A primeira era na defensiva geral dos movimentos (principalmente o sindical) devido ao brusco impacto da reestruturação produtiva capitalista (que afetou em primeira ordem a classe trabalhadora), a segunda avaliava que havia um certo limite das eleições (isso devido ao caráter “restritivo” e “classista” partidário) resultado de uma política de *alianças*

limitada socialmente as próprias bases do PT, e a terceira era que a crise do “socialismo real” europeu levantava questões de fundo sobre o auge socialista.

Acrescido a esses fatores, tem-se a “crise de paradigmas”. E é nesse contexto histórico, político e social e de frente do impacto das primeiras intervenções de Collor que o partido propõe não mais um Encontro, e sim agora um Congresso que ocorrerá em 1991.

2.1 O Primeiro Congresso Petista (1991)

Se os ideais que moveram os movimentos sociais e revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, temos que reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas iniciado pela Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado.

(Resoluções do I Congresso do PT)

Pode-se dizer que este Congresso foi um acerto de contas. E não uma “refundação” como alguns partidários almejavam. Questões como o socialismo e as experiências de revolução do século XX continuariam sendo “ideais” que deveriam motivar o partido, porém simultâneo a isso o contexto histórico impunha a conclusão de que se estava vivenciando o fim de um ciclo, pode-se dizer que o “esgotamento” de um modelo revolucionário e de desenvolvimento socialista.

Será explicitado textualmente um pensamento sobre a “busca de alternativas”. “O PT está comprometido com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, que tenha como exigência fundamental a democratização do poder”. [Resoluções do I Congresso (1991). Resoluções...,cit., p. 489]. Este

comprometimento iria se aplicar à ordem internacional e iria atualizar termos como “antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiário”, o partido visava o desenvolvimento de uma nova ordem internacional que rechaçava a opressão.

Levando em conta a conjuntura internacional é inegável a crise do “socialismo real”. Dessa forma o PT se encontraria ainda perante a um processo em desenvolvimento. Enquanto isso no Brasil o que se defendia era a estatização como sinônimo de socialismo, e um pensamento de democratização social partindo do Estado, além disso a convivência com pensamentos científicos e produtores do desenvolvimento econômico. Isso somado acarretou a questão de que o PT acabou por crer que o ideal socialista pudesse se realizar sem uma progressão dos fatos históricos dos povos rumo a democracia e a liberdade.

Cabe destacar que, o caminho aberto a partir do 7º Encontro acaba por se apresentar novamente de forma mais funda. Caberia a correção na formulação partidária de “dogmas” em relação ao processo de transformação societária. Dito isso fica claro que, o caminho “certo” é o que tem a progressão da “democracia e da liberdade”, objetivando a chegada a uma “nova ordem de cidadania plena”. E foi justamente isso que não ocorreu nas nações que sofreram o processo de transição para o socialismo que acabaram por se burocratizar. O texto conclui que não há esperança com este vislumbre socialista, e que o partido deve recusar claramente esse modelo que aponta para um horizonte socialista para os homens bastante diferente do “socialismo real”.

Para o partido, socialismo é igual a radicalização democrática²⁰. A democracia como meio e fim do objetivo socialista só pode ter o significado de um projeto

²⁰ Resoluções do I Congresso (1991). Resoluções..., cit., p.499.

“majoritário” social, fruto do “querer” ou da “consciência” desta maioria societária. Logo, o projeto da classe trabalhadora socialista precisa em primeiro lugar que esta classe se torne maioria, o que só é viável com o grande desenvolvimento da ordem capitalista, em seguida por uma ação política e organizado que forneça a essa classe a necessidade do socialismo.

Uma vez que os trabalhadores se expressam (em contradição) como uma classe na sociedade civil (ainda que não seja), a Resolução acontece no caráter progressivo da transição para o socialismo, dessa maneira a “ordem capitalista” se torna em “ordem socialista”. Isso se dá não pela negação da revolução da sociedade civil, contudo de sua “generalização”, subindo e não por acaso os trabalhadores ao patamar de cidadãos detentores de direitos e deveres, e podendo votar e ser votados. Esta questão é um dos pilares do drama socialdemocrata.

A socialdemocracia alemã tem seu fundamento na emergência de um fortalecido movimento operário e sindical. Com o objetivo de abolir o Estado de classes e implantar um “Estado livre popular”.

[...] As acertadas palavras de ordem táticas da social-democracia tem agora importância particular para a direção das massas. [...] O partido que pretende dirigir o proletariado no espírito dos firmes princípios do marxismo e não simplesmente deixar-se arrastar na cauda dos acontecimentos.

(VI. Lenin e MP. Duarte. 1957)²¹.

No contexto do I Congresso restava o trabalho de conservar a meta aprofundando-se na explicação e adequando-a aos novos tempos. Como solução o que se fez foi completá-la com grandes doses de “convicção democrática”. Após a afirmativa de que o partido era contrário a qualquer ditadura (inclusive a do proletariado), e como maneira de esclarecer o princípio no qual a democracia era o meio e o fim proposto. As

²¹ www.consultapopular.org.br/sites/default/files/duas%20t+%c3%adcticas%20da%20social.doc

Resoluções repelem a ideia de que o “pluralismo” é apenas um recurso tático enquanto os organismos sociais não forem abolidos, deixando a “homogeneidade de pensamentos”²².

É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc.; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que queremos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância do poder²³.

Neste texto surge uma proposta antagônica a do I Encontro:

O PT compreende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros; diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas), e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal), compreendendo que a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais(...). Entendemos ser essencial fortalecer o controle da sociedade civil sobre o Estado também no terreno econômico, impulsionando a socialização e a democratização do Estado e o desenvolvimento das esferas públicas no âmbito da sociedade civil²⁴.

O Partido entende que, para a extinção do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista é necessário uma transformação política radical, mas deve-se lembrar que esta só é viável após um longo caminho acumulando forças.

No texto acerca do “socialismo petista” do 7º Encontro sustentou-se que contribuíram para o desenvolvimento do partido distintas correntes do pensamento democrático e transformador, partindo do cristianismo social e chegando até a marxismos vários, perpassando por socialistas não-marxistas, democratas radicais e

²² Resoluções do I Congresso (1991), cit., p.500.

²³ Idem, ibidem.

²⁴ Idem, cit., p. 501.

doutrinas laicas de revolução comportamental²⁵. Dessa forma o PT não tem uma doutrina oficial ...tem várias.

Dentro dessas várias reapresenta-se uma antiga conhecida. A superação do mercado viria do “fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico”.

Além disso, os partidários buscavam fazer uma diferenciação entre o PT e o socialismo real, sem “cair” na socialdemocracia. Estes afirmavam que:

Num país como o nosso, o excedente econômico que pode ser captado através de medidas fiscais tradicionais, para realizar políticas sociais, é insuficiente diante das enormes demandas populares acumuladas. A adoção das profundas reformas estruturais necessárias ao Brasil supõe uma ruptura radical com a ordem econômica, política e social vigente – o que ultrapassa os limites da proposta socialdemocrata, que politicamente, acredita na neutralidade do Estado e adota como horizonte máximo a luta por reformas do interior do próprio capitalismo²⁶.

Estas afirmações forneceriam os insumos para que o PT se “enforca-se” na ascensão ao primeiro mandato de Lula em 2002. Além disso, elas revelam realmente que ainda havia uma tensão entre uma tendência a socialdemocracia que viraria determinante ainda que moderadamente, e as condições efetivas da disputa de classes que marcava o período.

Ainda de acordo com as Resoluções, havia se formado uma certeza no interior do partido, que datava desde o 5º Encontro, de que no decorrer do percurso com vistas às transformações democrático-populares e ao socialismo “a classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar hegemonia”²⁷.

²⁵ Termos próprios do 7º Encontro (1990), cit., p.430.

²⁶ Resoluções do I Congresso (1991), cit., p. 502.

²⁷ Idem, p. 503.

Deve-se destacar ainda, o que o Estado significa para os socialistas. Ele é a organização econômico-política da classe burguesa. O Estado é esta classe na sua concreta força atual. Gramsci (1976) irá afirmar que:

O Estado socialista existe já potencialmente nas instituições da vida social, características da classe trabalhadora explorada. Coligar entre os trabalhadores estas instituições, coordená-las e subordiná-las a uma hierarquia de competência e de poderes, centralizá-las fortemente, embora respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar desde já uma verdadeira e própria democracia operária em contraposição eficiente e ativa com o Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional.

Como toda instituição humana possui problemas o partido não fica isento dessa verdade. Mas no caso do partido socialista o problema concreto é a questão do poder, é a questão dos modos e das formas pelos quais seja viável organizar toda a classe trabalhadora italiana numa hierarquia que organicamente irá culminar no partido, é a questão do desenvolvimento de um aparelho estatal, que internamente funcione democraticamente, ou seja que assegure a todas as tendências anticapitalistas a liberdade e a possibilidade de se tornarem partidos de governo proletário e, em relação ao exterior que seja como uma máquina implacável que mine os organismos do poder industrial e político do capital.

Segundo Gramsci (1919), o partido proletário só pode reconhecer no Estado, conjunto da classe burguesa, o seu direto antagonista. Não pode entrar em concorrência para a conquista do Estado, nem direta nem indiretamente, sem se suicidar, sem se desnaturar e transformar em puro setor político, fora da atividade histórica do proletariado, e se transformar num enxame de moscas de cavalaria em busca dos doces a que se agarrar, morrendo ingloriosamente.

O que é evidenciado é de que não se trata de “disputar” o Estado burguês, antes substituí-lo por outro. É necessário que o próprio poder passe para o proletariado, porém este jamais o poderão ter até que tenham a ilusão de podê-lo conquistar e através dos órgãos do Estado burguês exercê-lo.

O que acaba ganhando destaque nas resoluções do PT, é que se cria que era possível disputar estes instrumentos de poder e colocá-los a serviço dos trabalhadores. Antes se buscava afirmar que a revolução socialista não iria ocorrer limitando-se à tomada estatal, mas iria promover o desenvolvimento de um poder proletário, já atualmente corre-se o risco de acreditar que este desenvolvimento prescinde do esgotamento do Estado burguês e de sua substituição por um de nova forma.

2.2 O 8º Encontro Nacional e a Revolução da Democracia e do Povo

O 8º Encontro Nacional do PT realiza-se em um momento extremamente grave para a sociedade brasileira. O sentimento de frustração e desencanto contamina a população. Toda a esperança de resgate de dignidade de nosso povo, que emergiu do movimento pelo *impeachment* e cresceu com a queda de Collor, desapareceu do cotidiano da população.

Disponível em : <www.pt.org.br/ (www.fbabramo.org.br).

No momento pós - Congresso o PT era um partido extremamente identificado com a classe trabalhadora com vistas a alcançar um alvo socialista através de reformas (e não mais a via revolucionária, ou seja mantendo as bases societárias) democráticas realizadas pelo povo, possíveis através da junção de dois acúmulos: o primeiro encontra-se nos movimentos populares e sindicais, e o segundo (cada vez mais

determinante) é derivado da apropriação de locais institucionais mediante a disputa das eleições.

O contexto em que esse Encontro foi realizado é o de uma divergência no interior partidário (fundamental). Algumas camadas internas defendiam que a derrota nas urnas se deu devido ao caráter classista restrito do PT e a sua política de *alianças* restritas as camadas médias. Apostavam em uma postura moderada e na ampliação das *alianças* na chamada “centro-esquerda”, tendo como principais representantes o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e uma parcela do Partido Democrático Trabalhista (PDT) que seriam acrescidos à esquerda representada por PT, Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros.

Nota-se que a lógica acerca de *alianças* nitidamente havia passado da conformação das classes para a esfera das siglas partidárias. Fazendo uso do termo “centro-esquerda” estas parcelas do PT visavam um acréscimo eleitoral em rumo ao centro, e tinham em vista as siglas dos partidos para alcançarem êxito nas eleições. Nas camadas médias da população a agremiação ia ganhando notoriedade, porém surge o manifesto “A hora da verdade” em que muitos militantes que compunham a maioria partidária fazem críticas aos rumos do PT e sugerem que se dê continuidade ao Projeto Democrático e Popular de horizontes socialistas²⁸. Este seria o primeiro corte profundo na esfera majoritária, criando a seguir, uma nova tendência intitulada de Articulação de Esquerda.

²⁸ Pomar, Valter. 1999.

As eleições internas ocorridas no 8º Encontro em 1993²⁹ tiveram como resultado a manutenção do pensamento geral que havia orientado o partido até ali. Tendo como fundamento a defesa de um “governo democrático e popular”³⁰. Neste Encontro a radicalização da democracia se reveste de um caráter da criação de polos (isolando as elites e reduzindo seu poder de manobra) entre os interesses do povo e os de uma “elite”.

O PT reafirma, assim, que a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo, a partir de uma base popular e de uma maioria eleitoral, são um objetivo estratégico, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores, voltado para atender às necessidades concretas do povo e na perspectiva do socialismo.

[Resoluções do 8º Encontro Nacional (1993). Resoluções...,cit., p. 548]

Dessa maneira pode-se observar que, não há uma mudança extrema em direção às formulações, somente uma qualificação de seu objetivo socialista e seu conteúdo para o povo cada vez mais aproximado de uma maneira nacional. Dessa forma o que ocorre é a manutenção do caráter democrático e popular. O cerne da proposta divulgada se desenvolvia com rapidez para a criação dos meios da promoção de um “crescimento com distribuição de renda baseado em um mercado interno de massas” induzido com força pelo Estado.

Cabe ainda destacar que nessas Resoluções do 8º Encontro, o que se tem é um recado direto aos afiliados do PT que aponta para os “novos rumos” a serem seguidos:

Há quem não compreenda isso, tomando como defeitos nossas principais virtudes: a radicalidade, a combatividade, a diferença, o compromisso com o socialismo. Investem no eleitoralismo, no administrativismo. Pensando que contribuem para eleger Lula em 1994, trilham o que pode ser o caminho de nossa derrota. Não é este o caminho para um governo comprometido com a democratização radical da propriedade, da renda, da informação e do poder. Mais do que nunca, é preciso manter a coerência do PT: um partido firmemente comprometido com os de baixo, com as maiorias exploradas e oprimidas, com a construção de uma nova ordem, socialista e democrática³¹.

²⁹ Vide Tabela na próxima página.

³⁰ Resoluções do 8º Encontro Nacional (1993). Resoluções..., cit., p.547.

³¹ Idem, p. 561.

A agremiação estaria estabelecida agora sob cinco pilares: O primeiro era o compromisso com o caráter revolucionário e socialista do PT (diz respeito tanto ao socialismo real quanto a socialdemocracia); o segundo era o compromisso com o valor estratégico da democracia como meio e fim do projeto transformador; o terceiro era um sentido revolucionário do programa democrático e popular (contrário ao capitalismo, ao monopólio, ao latifúndio e ao imperialismo); o quarto tratava-se de ser um partido de massas e o quinto era a renovação de um contrato ético e democrático entre os seus militantes. A partir de então haveria a formação de “centros paralelos de poder” e o aparecimento de “notáveis” que se separam dos militantes.

Pode-se dizer que o que acontecia na base social partidária era um aprofundamento da defensiva, refluxo dos movimentos turbulência na relação com as administrações e espanto frente as ações do governo de Itamar Franco, com destaque para a iniciativa de combate à inflação e frente aos primeiros resultados do conhecido Plano Real. Ainda no 8º Encontro se visualizava o PSDB como “um campo em disputa”.

Após o embate entre Lula e Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 na campanha presidencial e com a derrota do primeiro o que se deu foi uma abertura para a chamada nova inflexão moderada. A responsabilidade pela não conquista do cargo acabou por ser conferida diretamente à frente de esquerda, e sendo assim se dá o surgimento intenso de teses que defendiam uma opção clara de *moderação programática e de alargamento do leque de alianças*.

Eleições Internas Realizadas no 8º Encontro em 1993:

Chapas

Opção de Esquerda (unificava setores da esquerda)	36,4 %
Articulação Unidade na Luta	29,3 %
Na Luta PT (segundo bloco de esquerda)	19,1 %
Democracia Radical (moderados)	11,5 %
Total Geral (forças de esquerda)	55,5 %
Total Geral (centro-direita)	40%

Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos e Programas de Governo. Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br)/ Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br).

2.3 A Retomada da Moderação

O socialismo foi parar no anexo.
(Militante petista no fim do 2º Congresso).

A conjuntura política nacional compreendida entre o 10º e o 12º Encontro Nacional do PT é a de duas vitórias consecutivas do PSDB com FHC no comando da nação. É de amplo conhecimento que este tratou de acentuar as medidas neoliberais no país tais como: Abertura comercial indiscriminada, privatizações, redução das contas públicas, precarização das políticas sociais. Foi neste mesmo momento, que o partido de Lula alcançou até então o seu ápice no que diz respeito ao número de prefeituras parlamentares e de estados nacionais administrados por ele. Porém junto com o triunfo eleitoral veio o fracasso ideológico.

Os Encontros Municipais se transformaram em um espetáculo para as multidões em que, frequentemente prevalecia o poder econômico e o controle de máquinas institucionais, a medida que aumentava o poder de fato de uma base parlamentar ou institucional que na realidade viria a substituir a base partidária, era acrescido o poder de figuras isoladas mensurado praticamente pelos votos conquistados nas eleições, desta forma o que se criava era um abismo entre as direções e as bases. Sendo assim, estas direções seriam substituídas por espaços paralelos em que, primeiro se definia o rumo para depois serem referendados pelo partido.

Os movimentos sociais e o sindical continuavam a ser parte integrante do partido. É válido destacar a contradição encontrada no seu cerne, é possível citar como exemplo o caso de que algumas medidas propostas pelo governo do PSDB como as privatizações

ou a Reforma da Previdência foram inicialmente rechaçadas pelos partidários, mas depois foram viabilizadas pelo próprio governo Lula.

A palavra de ordem do partido nos 10º e 11º Encontros era a de que “o período exige uma *nova* orientação estratégica”³². Outrora no discurso dos primórdios do PT o que se ouvia eram as expressões “anticapitalismo”, agora o que se ouvia era “antineoliberal”. Um novo programa passa a ser traçado e se define na busca por um projeto de uma alternativa ao neoliberalismo que se traduziria em alguns projetos viáveis. Destacam-se as Resoluções do 10º Encontro que explicitavam que:

Para derrotar o projeto neoliberal(...) será preciso mais do que resistir ou articular a luta contra reformas constitucionais do governo. O PT deverá dar um salto de qualidade: *reelaborar sua estratégia de poder*, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, articulando *forças sociais* amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, *alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco*.³³

Esta reelaboração se dá no sentido de um projeto explicitamente baseado na moderação do programa e no alargamento das esferas de alianças, da mesma forma como o caráter dito socialista da meta é trocado por um projeto de âmbito nacional de desenvolvimento. Este dito projeto alternativo que se desenhava se aproximava de forma alarmante de um antigo, desenvolvimentista da década de 1950 e 1960 no Brasil, muito mais parecido com os “50 anos em 5” do que com um cunho democrático de uma revolução socialista como na idealização do PCB.

Nestes dois Encontros (10º e 11º) lança-se a concepção de que este projeto seria constituído sob três pilares: O primeiro, seria uma nova política econômica com *reformas* sociais (não mais revolução), o segundo seria a defesa da nação e o terceiro

³² Resoluções do 10º Encontro Nacional (1995). Resoluções..., cit., p.618.

³³ Idem p. 617.

era a defesa da democracia. Ocorre uma pequena mudança no 11º Encontro, o primeiro pilar se transforma no social, o segundo o nacional, o terceiro o social e o democrático.

Em se tratando de, uma nova política com reformas sociais *não* é citada nenhuma única vez nada sobre a alteração nas formas de propriedade ou nas relações sociais de produção, antes *é* citado um conjunto de medidas que impeçam a recessão, defendam o salário e o emprego, reduzam os juros e articulem a estabilidade econômica para a retomada do crescimento. É notável a clara mudança de direção do partido. A defesa dos salários se daria por meios de uma política salarial negociada que iria assegurar uma gradual e permanente elevação dos rendimentos dos trabalhadores.

Para sustentar esta “nova” proposta, visto que era antagônica a antiga, o PT agora precisava de novos alicerces. Estes fundamentos deveriam se basear sob uma *aliança nacional mais ampla*. Com uma velha conhecida a burguesia (classe dominante, expropriadora, alienadora, detentora dos meios de produção, que retém a mais-valia). Já no 12º Encontro irá se dizer que se faz necessário um novo “contrato social”-(Rousseau), afora se irá promover uma ampla inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura.³⁴

Outrora era um partido que rejeitava a ideia de pactos sociais e que assegurou que não existe aliança estratégica entre burguesia e proletariado (alienado expropriado). Agora, apresenta um “novo contrato social”, fazendo alianças com empresários produtivos de qualquer porte. Sacrificando assim os trabalhadores, pois eles seriam a principal base de sustentação deste modelo “novo”, devido a melhoria das condições dos que estão já incorporados e pela possibilidade de inclusão advindas da política de “crescimento”. O discurso é de que este dito crescimento levaria a inclusão de milhares

³⁴ Resoluções do 12º Encontro Nacional (2001). Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 2001, p.38.

de indivíduos tidos no senso comum como excluídos socialmente, e que antes não eram cidadãos, pois não consomem e não produzem.

De acordo com as Resoluções, este cenário seria a criação de uma sociedade mais homogênea, harmônica pelo menos do ponto de vista social, e sendo assim seria benéfico para a população na sua totalidade. Essa colocação não chega ao cerne da problematização da “questão social”, simplesmente é a reprodução do pensamento conservador, e para além disso não resolve a questão apenas minimiza, mascara a realidade social brasileira. Nesta conjuntura “não” há mais a contradição capital x trabalho, não há mais inimigos.

O eixo central nesta “nova” conjuntura era o “social” que se alicerçava sobre o tripé: Primeiro, inclusão de 53 milhões de brasileiros aos bens essenciais a vida (ainda que minimamente) o segundo possui um viés moralizador e diz respeito a preservação do direito ao trabalho em conjunto com a proteção social tanto para os trabalhadores urbanos quanto para os rurais e o terceiro mas não menos importante era a universalização de direitos sociais elementares com vistas a uma contínua melhoria nas condições de vida material dos brasileiros. Esse tripé depende para o seu desenrolar de um quarto aspecto primaz que é o da retomada do crescimento econômico que viria acompanhada de medidas de distribuição de renda e riqueza. Nota-se a diferença entre essa proposta e a do fim da propriedade privada e superação do capitalismo e instituição do socialismo.

O partido agora possuía uma postura “antineoliberal” e não mais “anticapitalista”, dessa forma há uma transformação crucial nos ideais partidários. Pode-se dizer que esta metamorfose chega ao seu ápice com o desaparecimento anti residual das metas “antimonopolistas” e “antiimperialistas”, além é claro da diminuição completa da meta

“antilatifundiária”, neste último tópico se destaca uma citação a respeito da “reforma agrária”³⁵.

Cabe destacar ainda que, o termo “socialismo” é praticamente abolido do texto petista no que diz respeito as diretrizes do programa de governo, acaba só surgindo uma única vez nas resoluções juntamente com a defesa de “valores”. Os adeptos de um tipo de republicanismo social apoiaram a retirada do termo nas metas estratégicas do partido. Porém frente a isso houve resistência por parte dos delegados, e com a inserção de emendas com vistas a manter a meta e o caráter socialista da agremiação foi encontrado como solução a conservação de um anexo frente as resoluções com o termo “o socialismo petista”, acrescido a um outro oriundo do texto do I Congresso partidário.

As resoluções do 10º Encontro, asseguram a necessidade do desenvolvimento de um “novo” projeto societário e de um novo projeto partidário. O II Congresso alarga as fronteiras da agremiação, no sentido de que o que está se propondo é uma transformação radical no organismo do PT: a mudança da forma de eleições das instâncias de direção do partido. Agora no lugar de encontros com militantes que discutem um programa e traçam uma direção, aconteceria uma escolha direta por meio do voto com a participação de todos os filiados que decidem a direção, e os delegados.

Feito isso, ocorreria um encontro em que se debateria (tendo já sido formada a correlação de forças, através do voto direto) as frentes de ação primeiramente estabelecidas através do texto majoritário. No lugar de se “moldar” a sociedade pelos critérios de uma democracia direta e participativa exercida no PT, este se moldou pelos limites de uma democracia representativa que prevalece socialmente, trazendo consigo

³⁵ Resoluções sobre o II Congresso Nacional do PT (1999). São Paulo: Sede 1999.

todas as deformações possíveis, desde a interferência do poder econômico, a manipulação de massas, o predomínio de figuras públicas, o controle de máquinas e a despolitização total do debate.

O PT se encontrava adequado para as funções da “nova” estratégia, o caminho delimitado era o de alargamento de *alianças*, estas agora até mesmo com a burguesia (totalmente antagônico com o projeto inicial do partido). No lugar da burguesia nacional foi posto como personificação e consagração da *aliança* que funda o novo contrato social, o empresário José Alencar (mais do que nunca do Partido Liberal-PL)).

Sendo assim, os interesses burgueses estavam mais do que garantidos. Destaque para a total ausência de qualquer medida de caráter socialista, mais uma experiência da classe trabalhadora havia completado um ciclo (o que estava posto era simplesmente mais do mesmo).

3 De partido anti-sistema a legitimador deste

Projeto político não pode se entendido como algo que necessariamente se realizará. Trata-se apenas de um dever-ser, de uma das possibilidades em relação ao futuro.

José Genoio Neto. 2003. P.3.

Antes de discorrer sobre a “mutação” ideológica ocorrida no cerne do PT cabe aqui destacar o processo da conscientização do indivíduo enquanto classe trabalhadora. Tendo como ponto de partida inicialmente uma compreensão marxista do processo de consciência. Onde este é visto introdutoriamente como um desenvolvimento dialético em que cada instante traz em si os elementos de sua superação, e estes possuem formas que já incorporam contradições que com o passar do tempo remetem à consciência para diferentes formas e contradições, sendo assim esse movimento se mostra como um processo que se desenvolve com avanços e retrocessos.

É importante salientar que no processo de consciência, o mais relevante é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, as transições de uma forma para outra. Dessa forma se entende este fenômeno como algo em constante mutação, e não como um objeto dado, algo que já está posto, sendo assim é possível analisá-lo de forma mais abrangente. Se compreende o objeto de análise não como algo que “é”, e sim como alguma coisa que “se torna”.

Este processo de “se tornar” se desenvolve por diferentes períodos que se superam. E para tal se utiliza de inúmeras formas que se rompem, gerando outras distintas e estas, já apontam para os elementos de seus futuros impasses e superações, distante de qualquer forma linear a consciência encontra-se em constante movimento e traz consigo elementos de períodos anteriormente superados, desse modo aparentemente retoma as formas que superou.

É a partir da diversidade de manifestações individuais que se pode obter claramente uma linha universal quando se fala de consciência de classe. Esta não é antagônica à consciência individual, pelo contrário antes forma uma unidade em que as multiformes particularidades que derivam do processo próprio de vida de cada indivíduo sintetizam assim sob algumas condições um todo que pode ser denominado como consciência de classe.

É possível afirmar que todo indivíduo tem alguma representação mental de sua vida e de seus atos. Essa representação é formada a partir do meio mais próximo, no espaço de inserção imediata da pessoa. Segundo Marx (1852), “a consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera conexão limitada com as outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente.”

Inicialmente, a consciência é tida como o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva) formada então nesse instante através de seu vínculo de inserção imediata (percepção), ou seja, é uma realidade externa dos indivíduos que acaba por ser interiorizada. A consciência é gerada a partir e pelas relações concretas entre os sujeitos, e desses com o meio em que vivem, e o processo pelo qual individualmente são capazes de interiorizar as relações formando assim uma representação mental delas.

Essa representação é a captação de um concreto aparente, limitado, uma parte do todo e do movimento de sua entificação. O novo indivíduo inserido nas relações sociais capta assim um momento abstraído do movimento, a partir daí esse busca entender o todo pela parte. Tratando das relações sociais, a primeira instituição que expõe o sujeito nessas relações é a família, seguida de outras como a escola, o trabalho, a militância, entre outros.

Uma das formas da consciência se expressar é a alienação. Essa forma é à maneira de manifestação inicial da consciência, e esta será a base, o “terreno fértil” em que será “plantada” a ideologia como forma de dominação. A alienação expressa na primeira forma da

consciência é algo subjetivo, tem uma carga afetiva e se baseia em modelos e identificações de cunho psicológico. A ideologia irá agir sob esse fundamento, e fazer uso de suas características fundamentais para assim exercer uma dominação de fora para dentro, e que acha nos sujeitos uma base para se formar subjetivamente.

No atual estágio da sociedade capitalista a ideologia serve como um instrumento da classe dominante difundir os seus ideais econômicos, sociais e políticos de forma a disseminá-los como corretos. Sendo assim, estão para além de um conjunto de ideias introduzidas nas mentes dos indivíduos e perpassam todo um modo de ser e de manter a máquina estatal em funcionamento. Sendo assim, são portanto as ideias dominantes de uma classe sobre outra. Dessa dominação resulta a alienação que pode ser resumida em três aspectos: a alienação do ser humano para com a natureza, alienação consigo próprio e com relação a sua espécie.

A partir do momento em que os homens se organizam em grupos, associações etc. e começam a questionar o “caráter natural” das relações sociais e se mobilizam com vistas a alteração da ordem social, e passam a reivindicar os seus direitos e a se manifestarem contrário as injustiças, diz-se que o que se tem então é a chamada “consciência em si”. Esta tem sua expressão mais clássica na luta sindical, além também das lutas populares, movimento das mulheres, movimentos culturais, dentre outros.

A consciência em si pode evoluir para a consciência em classe, e esta que é parte fundamental da superação da alienação. A verdadeira consciência de classe é fruto de uma dupla negação, num primeiro estágio o proletariado nega o capitalismo e assume a sua posição de classe para mais tarde, negar-se a si próprio enquanto classe e assumir a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital.

Exposto isso, o que se tem é um movimento de deslocamento partidário (da esquerda para a direita) que efetuou-se devido a uma política de ampliação de *alianças* com destaque para a feita com a burguesia (feito este totalmente contraditório). Tendo se anexado ao PL, na pessoa do Sr. José de Alencar (candidato a vice-presidente), assegurando assim os interesses da classe dominante. O que deixa claro que, já haviam sido superados todo e qualquer ideal socialista, sendo assim mais uma experiência da classe trabalhadora que havia completado um ciclo. (Leia-se, mais do mesmo).

O impasse do PT é o que diz respeito a uma acomodação, ao amoldamento as regras e normas de conduta econômica e social impostas pelo capital. O cerne da contradição está em um partido que, (com o discurso inicial de esquerda e de defesa dos interesses dos trabalhadores) com a chegada ao poder passa a realizar um governo anti-democrático e anti-popular (não anti-populista). Este não implementa reformas estruturais, não trata mais da questão da transição socialista, e muito menos é anticapitalista, antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista.

Ao contrário de todo o seu discurso inicial de ruptura com os valores neoliberais, com a chegada ao governo mantém essencialmente a “ética” capitalista e segue com o seu padrão econômico, e sendo assim, nem é capaz de adotar as reformas singelas que anteriormente tinha como urgentes e inadiáveis. E nem tampouco os ideais da gênese partidária são postos em prática.

Na tentativa de minimizar as drásticas e definitivas mudanças da agremiação o então presidente do partido José Genoíno expõe as supostas diferenças entre “programa de partido” e “programa de governo”. Pode-se dizer que desde o 5º Encontro o que outrora era tido como o “programa do partido” dizia respeito a termos como “Revolução Democrática”, e esta fixaria reformas estruturais, através de uma

democratização radical do Estado e da sociedade. Porém, todavia, estes “ideais” já haviam sido transformados em um “programa de governo”. Este último era moderado e tinha limites devido as *alianças* de campanha. “Projeto político *não* pode ser entendido como algo que necessariamente se realizará. Trata-se apenas de um dever-ser, de uma das possibilidades em relação ao futuro” (Genoino, José, 2003).

Para os pensadores de política é próprio dos que a fazem, convencer os indivíduos da certeza de se concretizar o que se foi projetado inicialmente, porém para Genoino o programa é a idealização de algo que foi teleologizado inicialmente. Sendo assim, tratam-se de duas coisas opostas o “projeto do partido” e o já influenciado por *alianças eleitoreiras* “projeto de governo”. Para ele, a “ação implementadora” não será a mesma da intenção original.

Nota-se um outro tom no projeto partidário. Outrora, o PT se dispunha a ser a voz política de *todos* os setores expropriados pelo capital, todavia, nesse momento o partido se contenta em ser uma das “partes” sociais que interagem entre si na busca de um “entendimento comum”. Antes o objetivo era o da transformação social, agora é o da integração social. Na sua gênese buscava o socialismo, projeto antagônico ao de fazer um ajuntamento dos interesses sociais (direita e esquerda) e uma espécie de minimização de danos para a classe trabalhadora.

Agora, o que se propunha era uma “integração” social entre burguesia e proletariado. Alicerçada sobre o “bem comum”, sendo esta possibilitada pelo alargamento das esferas de consenso. A essa ideia totalmente antagônica ao acordado na formação partidária inicial o seu presidente chamou de “sociedade moderna, democrática e livre”³⁶. Nota-se que os ideais marxistas foram esquecidos e mais ainda

³⁶ Genoino, J. “O Projeto do PT”. 2003

superados com vistas a conquista do cargo presidencial. Há um profundo apassivamento no cerne partidário.

As metamorfoses ocorridas na esfera do PT desde a sua gênese, no Sion em 1978 até o seu ápice eleitoral com a chegada de Lula a presidência em 2003, não podem ser atribuídas, quer seja bom ou ruim, somente as intenções e valores que nortearam seus agentes nos diferentes momentos históricos do partido e do Brasil. As Resoluções expunham um tipo de resumo para a qual induziam a intencionalidade dos sujeitos, as conjunturas econômicas e sociais, com destaque para a luta de classes como manifestação de um certo momento da dinâmica de formação da classe trabalhadora enquanto classe.

As protoformas partidárias eram claras no que diz respeito ao lado societário escolhido (o da esquerda). O PT surgiu como voz dos expropriados socialmente, que se encontravam em uma luta direta contra o capital, com destaque para um setor-chave da ordem burguesa, que tinha nas suas mãos a produção de valor e lhe tinha tirado covardemente a mais-valia: o operariado industrial. Que visava constituir um partido classista, anticapitalista e tendo como alvo a sociedade socialista. Esta camada dos trabalhadores via no partido uma forma de unificação e criação de uma identidade dividida de diferentes setores de um mesmo segmento. Tendo em vista a formação de um bloco enquanto classe e o projeto com influência marxista.

O PT foi a manifestação política de um claro momento de fusão de classe, simultaneamente em que foi a maneira pela qual esta fusão achou os meios de se organizar, e instituir-se enquanto instrumento e meio de ação. A agremiação foi a materialização de um desejo de representatividade política que os trabalhadores possuíam, uma vez que, não se viam representados pelos partidos que já compunham o

Congresso, a Câmara dos deputados e as Prefeituras brasileira. Exatamente com o amadurecimento da expressão política e quando se alcançou o seu ápice, a classe expropriada, e em relação a qual não é mais que uma expressão, acabou por sofrer uma enorme derrota pela ação do capital em sua reestruturação produtiva na própria base da produção de valor.

Anterior ao tão almejado êxito eleitoral da eleição presidencial de 2002, o partido enfrentou derrotas nas eleições para presidente do Brasil. E, estas derrotas são tidas como entraves que exigiam uma transformação profunda nos alicerces partidários e uma novo norte estratégico. O PT se apropriou de uma originalidade absoluta em relação à proposta de uma revolução através da democracia nacional dos comunistas do país para ser um representante de maneira empobrecida e deturpado.

A principal qualidade do partido foi a sua aproximação intrínseca com o movimento vivo da classe trabalhadora. Com destaque para a autenticidade e o caráter de suas lideranças, o que acabou por se tornar essencial. Contraditoriamente, esta qualidade foi também o fator primordial que causou a sua rápida deformação, o seu amoldamento, ao passo que o partido representou o Ascenso do movimento e expôs o quanto era radical com seus ideais socialistas, passou igualmente a se tornar símbolo e a absorver, gradativamente o apassivamento na realidade que se operava em meio aos trabalhadores na esfera de suas formulações políticas, se “converteu” naquilo que antes repelia. Ao invés de se tornar a mudança que queria ser, acabou cedendo ao fatalismo, adotou uma consciência de impossibilidade de ruptura social

“Os Partidos são reflexos das classes sociais, e desenvolvem-se, decompõem-se, renovam-se conforme os diversos estratos das classes sociais em luta, sofrem mudanças de real interesse histórico. [...] Isto explica o paradoxo histórico pelo qual na Itália são as massas que impulsionam e “educam” o partido da classe operária e não é o partido que guia e educa as massas.”

(Gramsci, 1920).

A novidade petista estava em que o partido estava disposto a ser inovador na medida em que delegava aos seus próprios membros o papel de desenvolvedores diretos de toda a sua organização política, e além disso, os membros também tinham o papel de definir as metas partidárias. Seria um partido feito por trabalhadores e também para a classe expropriada. Esse modelo se baseava na experiência social-democrata europeia. E visava gerar nesta classe uma identificação, que os indivíduos fossem participantes na mudança, e não meros espectadores.

Primeiramente, os trabalhadores expressavam um instante da consciência de uma classe que construía sua autonomia histórica, e conseqüentemente a isso redefinía seu papel socialmente. Tendo como alvo primaz a instauração de uma sociedade socialista, com vistas a superação do modo de produção capitalista, e o fim da exploração do proletariado, os serviços básicos como saúde, educação, moradia, segurança, entre outros seriam oferecidos com qualidade pelo Estado. Note-se que esse era o objetivo central do partido na sua gênese.

Após isso, houve um estreitamento dos laços petistas e de direita, e isso fica claro na substituição de termos nos Encontros e Resoluções. Com destaque para a mudança de “ruptura revolucionária” para simplesmente “rupturas”, logo após por “democratização” e por último (mas não menos importante) pelo termo “alargamento das esferas de consenso”. Não se tratam de meras mudanças, casualidade ou por acaso, ou mesmo pontuais, antes, dizem respeito a apontar para a nova direção partidária, de não mais coalisão ou enfrentamento, mas de ajustamento.

Trata-se agora de uma adequação ao Sistema, e não mais de superação deste. Pois então pode-se dizer tratar de uma tragédia, uma vez que não há novidade nessa postura, ao contrário se soma a outras vividas pela classe trabalhadora no século XX.

Os três pilares dessa adequação são: o pleno amoldamento à ordem do capital, em sendo assim acaba por se tornar parte dele, o segundo, a afirmação de classe com relativo antagonismo à burguesia (respeitando os limites impostos pelo capital), e o terceiro trata-se da negação revolucionária da ordem capitalista, com isso acabará por instaurar novas relações sociais de produção (alianças) que geram uma nova integração humana emancipada.

O PT começa a conceder vantagens para a burguesia antes mesmo de Lula se tornar presidente, isto fica claro quando é divulgada a “Carta aos Brasileiros”, que é ironicamente chamada de “Carta aos Banqueiros” devido ao seu caráter.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir de uma autêntica **aliança** pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. [...] O PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade. [...] Uma política dirigida a valorizar o agronegócio.

(Lula,2002.)

O PT chega ao governo num contexto histórico internacional de crise do socialismo, pós o fim da União Revolucionária Socialista Soviética (URSS), fato este que o partido se encontra entre dois caminhos ou assume para si a questão da classe trabalhadora, ou se alia a burguesia. É de conhecimento geral a decisão partidária de se ajuntar aos banqueiros e empresários, governando assim para essa pequena parcela da população. Diminuindo assim os seus impostos, assumiu assim a chamada “responsabilidade fiscal”. Para tal, sacrificou as políticas sociais, se ateve a programas de distribuição de renda (bolsa família) que não mexem no cerne da acumulação capitalista, antes servem para minimizar minimamente a fome e a miséria, além de ter um claro objetivo eleitoral (principalmente no nordeste brasileiro).

Situação esta totalmente contraditória ao discurso inicial do partido, agora o PT operava como mais um partido qualquer visando a redução de direitos conquistados

com muita luta pelos trabalhadores. Isso fica claro na Reforma da Previdência e nas propostas de Reformas Trabalhistas e Sindicais anunciadas. Assim se torna um referencial completamente antagônico ao Socialismo Real e a Social-Democracia, ficando assim bem abaixo desses dois últimos, uma vez que, não socializou os meios de produção e começou a transição socialista e também não desenvolveu a economia capitalista e minimizou as mazelas do capital.

O primeiro mandato de Lula é marcado principalmente pela manutenção da política neoliberal vigente no país. Deixou-se assim os ideais trabalhistas que constituíram inicialmente o partido, que lutava contra a burguesia e seus direitos, e a favor daqueles indivíduos que são constantemente expropriados. Sempre buscando os “setores médios” se esqueceu da base social, e isso aponta para equivocadas **alianças** feitas mesmo na gênese de sua história. As metamorfoses gerais vistas nas Resoluções partidárias, com vistas a uma inflexão moderada, dizem respeito a uma contundente reformulação de preceitos e valores na maneira de organização do partido.

A questão central do PT se expressa em que, a época de sua formação o contexto social e histórico dos trabalhadores era completamente diferente daquele da época da conquista presidencial. O partido se encontra agora em um declive social sem precedentes, o neoliberalismo importado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), Collor, e os demais do Partido da Social-Democracia Brasileiro (PSDB) havia transformado as relações trabalhistas e as relações políticas, e a máxima “Estado mínimo para o social e máximo para o capital” nunca havia sido tão atual.

Agora o partido acredita ser de uma suposta neutralidade, nem de direita nem de esquerda. Diz se encontrar entre o capital e o trabalho, e que teme a luta de classes, justamente por “não” pertencer a nenhuma das duas. O objetivo agora é diluir o

antagonismo social, para finalmente resolver sua incapacidade crônica em superar sua heterogeneidade. O que falta, e muito para o PT nesse momento é coerência em seu discurso, e em suas ações, uma hora defende os interesses do capital, e em outra quer se abrigar nos braços do povo. A essa postura denomina-se pequena burguesia.

A pequena burguesia não é propriamente dita uma terceira classe (visto que só há duas: proletariado e classe dominante). Para Marx, esta é: “Uma classe de transição, na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral” (Marx, s.d.). Fica clara a proximidade entre o rumo geral das mudanças ocorridas na trajetória do PT e o que descreveu Marx. Ao se desvincular da classe trabalhadora, abrindo mão da “revolução” e ao objetivar dar a ela um aspecto democrático, e simultaneamente a isso se distancia da forma meramente política dos objetivos democráticos da pequena burguesia para descrevê-los como “socialistas”. Tudo isso, contraditório e complexo irá culminar na “inflexão moderada”.

O aparente paradoxo de se entender que o PT se transformou no “pequeno burguês” se encontra na questão de que os fundadores do partido (com destaque para Lula são oriundos do proletariado). Sendo assim, pode-se supor que houve na prática sim uma mudança de classes (visto que, seus fundadores não são mais parte do proletariado), ou a mais provável é da possibilidade de uma classe, sem deixar de ser trabalhadora se tornar hegemônica devido a uma orientação pequeno-burguesa. Sendo assim, é possível que o alto escalão petista tenha se desvinculado da classe trabalhadora para se unir a burguesia, sendo que a grande massa partidária continua sendo proletário, porém é regida sob os ideais da classe dominante (projeto pequeno-burguês democrático).

Só é possível que os trabalhadores se submetam a esse processo de forma passiva e alienada. Tendo em vista que, a realidade da luta de classes impõe ao trabalhador uma rotina em que lhe é expropriado sempre a mais-valia. E para além disso, no contexto dos anos 2000, ele tem visto seus direitos trabalhistas e sociais serem reduzidos a quase nada, somente tem o mínimo para sua sobrevivência material.

O movimento por direitos da classe trabalhadora enfrentou um retrocesso na década de 1980 e acrescido a esse na década de 90. Sendo assim, o que viabiliza um projeto pequeno-burguês no PT é a burocracia partidária e sindical formada nesse processo. Todas as modificações sofridas no cerne do partido, se “separam” dos trabalhadores e acabam por originar uma camada burocrática associada ao processo de institucionalização, e após a burocratização das organizações formadas pelos trabalhadores.

Somente no 7º Encontro (1990) marca-se o início da inflexão moderada. Sendo assim, há uma diferenciação das “bases de apoio”. Que podem ser base militante (os que fazem parte das atividades orgânicas do partido), base partidária que diz respeito aos que se filiam ao partido, e por último (mas não menos importante) a base social que trata-se de determinados setores que se vinculam de forma indireta, esporadicamente e com fluidez com o PT. A vertente burocrática partidária foi criada internamente do que se conhece como base militante. O que fica claro a partir de então, é que o que outrora era parte integrante e formadora da agremiação, agora não integrava mais diretamente este espaço, o fato era que a classe trabalhadora foi “superada”.

A fala que diz respeito ao atual estágio do PT encontra-se a seguir:

A forma como estes partidos se organizam e se estruturam já vem marcada por este objetivo interesseiro, o de conservar a funcionalidade do estado de coisas

estabelecido. Ou, no máximo, moldando as exigências de mudanças a um esquema de representações significativas que não abalem os alicerces das relações sociais [...]. E não poucas vezes, a manipulação e a mentira são revestidas com discursos moralizantes para encobrir a sua descarada hipocrisia.

Genoino, José. 1989.

O que fica claro é que trata-se agora de um partido que se amoldou aos interesses do capital. Não há mais o objetivo de se romper com o sistema, não há mais o discurso revolucionário, antes no máximo, reformador. Perpetua-se a exploração e expropriação da classe trabalhadora. A agremiação se transformou naquilo que anteriormente negava veementemente, já não é mais o que queria ser. Pode-se dizer que o destino da trajetória petista é nada mais que uma tragédia para a classe trabalhadora do século XX. Mais uma vez a história se repete para esta camada da sociedade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi anteriormente citado, o que pode-se concluir é que para que haja uma esquerda verdadeiramente socialista e que seja representante da maioria do país, faz-se necessário a total ruptura com o capital. E para além disso, a superação deste, com um proceder radicalmente contra a sua lógica de acumulação e desenvolvimento, há que se transformar as relações de trabalho, no que tange a questão de exploração e expropriação da classe trabalhadora.

Há também que se superar a centralidade da mercadoria e seu fetiche que é imposto a sociedade de forma alienatória, em que se dá mais valor ao “ter” em contrapartida ao “ser”. Não deve passar nenhuma forma ou tipo de **aliança** com o opressor (capital), para que haja um governo do povo, para o povo e pelo povo faz-se necessário que este dê um grito de: basta! Para que isto se torne possível toda a classe trabalhadora precisa se unir nesta luta, precisa se tornar consciente referente a sua situação e perder a paciência, precisa agir com vistas a transformação social e material.

O PT agiu na tentativa de construir uma sociedade mais justa e igualitária, porém encontrou no meio do caminho embates que acabaram por submergi-lo e transformá-lo naquilo que antes ele tinha repulsa. E foi nessa tentativa de superação do capital e transição para o socialismo que o partido se perdeu, se amoldou, fez **alianças** com o inimigo e teve seus ideais marxistas perdidos no que se conhece como “corrida presidencial”. Sendo assim, acabou por se tornar mais um partido a serviço do Estado, dessa forma mínimo para o social e máximo para o capital, totalmente antagônico ao projetado em 1978. O que se destaca na história do partido é que se vê mais do mesmo, na verdade a conjuntura internacional contribui decisivamente para se escrever os rumos da agremiação.

Cabe aqui finalizar com uma poesia.

José

E agora, José?

A festa acabou,

A luz apagou,

O povo sumiu,

A noite esfriou,

E agora José?

E agora, você?

Você que é sem nome,

Que zomba dos outros,

Você que faz versos,

Que ama, protesta?

E agora, José?

Está sem mulher,

Está sem discurso,

Está sem carinho,

Já não pode beber,

Já não pode fumar,

Cuspir já não pode,

A noite esfriou,

O dia não veio,

O bonde não veio,

O riso não veio

Não veio a utopia

E tudo acabou

E tudo fugiu

E tudo mofou,

E agora, José?

E agora, José?

Sua doce palavra,
Seu instante de febre,
Sua gula e jejum,
Sua biblioteca,
Sua lavra de ouro,
Seu terno de vidro,
Sua incoerência,
Seu ódio-e agora?

Com a chave na mão
Quer abrir a porta,
Não existe porta;
Quer morrer no mar,
Mas o mar secou;
Quer ir para Minas,
Minas não há mais.
José, e agora?

Se você gritasse,
Se você gemesse,
Se você tocasse
A valsa vienense,
Se você dormisse,
Se você cansasse,
Se você morresse...
Mas você não morre,
Você é duro, José!

Sozinho no escuro
Qual bicho-do-mato,
Sem teogonia,
Sem parede nua

Para se encostar,
Sem cavalo preto
Que fuja a galope,
Você marcha, José!
José para onde?
Drummond. Carlos. 1942

REFERÊNCIAS

- Abramo, Perseu. “O PT e os Conselhos Populares”, em Vários Autores, A Educação como Ato Político Partidário, 2. Ed. São Paulo, Cortez Editora, 1989, PP.34-35.
- Andrade, Carlos Drummond de. In Poesias. Ed. José Olympio, 1942.
- Antunes, Ricardo. “A Desertificação Neoliberal no Brasil: Collor, FHC e LULA”, 2004, Autores Associados, p.1.
- Braz, Marcelo. “Partido e revolução: 1848-1989” / Marcelo Braz.—1.ed.-São Paulo : Expressão Popular, 2011.
- Cesar, Benedito Tadeu. Verso Reverso, Transverso. “O PT e a Democracia no Brasil”, Unicamp, 95, p. 135, Tese de Doutorado.
- Chasin, José. [S.I. :?]
- Daniel, Celso. “Participação Popular”, Teoria e Debate, n.2, São Paulo, março de 1988.
- Dias, Natacha. “As Inovações do Teatro Paulista nas Décadas de 1960 a 1980” Universidade de São Paulo (USP) Escola de Comunicação e Artes, 2001.
- D, Paraná. Op. cit., p.102.
- Engels, Frederick. (1845) “The Festival of Nations in London”, in Marx and Engels Collected Works, vol.6. Nova York, International Publishers.
- Entrevista de Lula, Brasil Revolucionário, ano IV, N.19, São Paulo, Instituto Mário Alves, agosto/setembro 1995.

- Fernandes, Florestan. “O PT em Movimento SP”, Cortez/ Autorização Associação. 91.p. 40.

- Genoio, José. “O Projeto do PT”. O Estado de SP, 15/3/2003. P.3.

- Gramsci, Antônio. “O Partido Comunista”. Ordine Nuovo de 4/9 e 9/10/1920. Escritos Políticos, cit., v.2, p.199. Lisboa: Seara Nova, 1976.
- Quaderni Del Carcere, 1999

- Iasi, Mauro Luis. “Ensaio sobre consciência e emancipação” / Luis Mauro Iasi – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007. Pg.11-45.
- “As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)”. 1 ed.-São Paulo : Expressão Popular, 2006. Pg. 357- 567.

- Kowarick Le Singer, A. “A Experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo”, Novos Estudos Abrap, n. 35, 1993, p. 197.

- Marques, Antônio José. “Nasce a CUT”. 2007.

- Martinez, Paulo H. “O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado”, em Reis. D. A. e Ridenti. M. (orgs.), História do Marxismo no Brasil, v.6, 2007, p.246.

- Marx, Karl e Engels, Friedrich. “Manifesto Comunista”, 1848.

- Marx, Karl. “Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores”, 1871. “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”. Obras escolhidas. SP: Alfa-Ômega, [s.d.]. v.1.

- Meneghello. “PT: A Formação de um Partido : 1972-1982”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 90.

- Petit, Pere. “A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará. São Paulo, Boitempo, 1996, p.142.

- Przeworski, Adam. Capitalismo e social-democracia / Adam Przeworski – São Paulo : Companhia das Letras, 1995. Pg. 19-65.

- Reis, Daniel Arão. “O Partido dos Trabalhadores – Trajetória, metamorfoses, perspectivas. As esquerdas no Brasil”. Revolução e Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 503-540.

- Rodrigues, I. J. (Org.). “O Novo Sindicalismo: Vinte anos depois. Petrópolis: Editora Vozes/EDUC/Unitrabalho, 1999.248 p.

- Secco, Lincoln. História do PT (1978-2010) / Lincoln Secco. – 2 ed.-Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

- Vianna, Luis Werneck. “O Estado Novo do PT”. 2007

REFERÊNCIAS WEB

- www.cut.org.br/.../há-30-anos-trabalhadores/as-desafiavam-a-repressao-militar-na-primeira-greve-geral-em-plena-ditadura. Pedreira. William. *com colaboração* do Cedoc/CUT.2013.

- (Lula) [S.I.:?] www.youtube.com/watch?v=HbbfP-D7JJQ. História do PT- Lula fala sobre a ideia da criação do PT.

- www.pt.org.br/arquivos/cartadeprincipiospt.pdf.

- www.pt.org.br/arquivos/manifestodefundacaopt2.pdf.

AUTORIZAÇÃO

Déborah Silva Menezes Barreto, DRE 108074460, AUTORIZO a Escola de Serviço Social UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, 18/01/2016.

